

## A Unificação Alemã

No começo do século XIX, a Alemanha se resumia a uma série de Estados independentes que integravam a chamada Confederação Germânica. Do ponto de vista político, essa confederação era marcadamente reconhecida pela forte influência dos austríacos. Por outro lado, a Prússia, outra integrante da confederação, almejava interromper a hegemonia da Áustria por meio da unificação definitiva dos territórios alemães.

Para que isso fosse possível, o governo prussiano realizou inicialmente um amplo acordo de cooperação econômica entre os vários Estados Germânicos. Conhecido como Zollverein, essa política de cooperação econômica foi marcada pelo isolamento do Império Austríaco e o gradual fortalecimento das atividades comerciais e da indústria entre os demais governos alemães. Nesse contexto, a Prússia reunia condições para firmar oposição contra a antiga hegemonia austríaca.

No ano de 1861, a Prússia deu outro importante passo para a unificação quando o Kaiser Guilherme I convidou Otto Von Bismarck para compor seu ministério. Apesar de não ter vínculos com a burguesia industrial, esse político era favorável ao processo de unificação dos Estados alemães. Dessa forma, Bismarck tomou medidas a fim de preparar os prussianos para uma vindoura série de conflitos militares que facilitariam a tão desejada unificação.

A primeira dessas guerras aconteceu contra a Dinamarca, que exercia domínio político sobre os ducados germânicos Schleswig e Holstein. Nesse conflito, Bismarck buscou o apoio militar dos austríacos em troca de compensações territoriais. Contudo, após vencer os dinamarqueses, o governo prussiano recusou propositalmente a ceder parte dos territórios conquistados à Áustria. Dessa forma, uma nova luta pela unificação seria justificada.

No ano de 1866, o moderno exército prussiano invadiu e devastou os territórios austríacos na Guerra das Sete Semanas. Por meio desta significativa conquista, os prussianos exerceram papel central na chamada Confederação Germânica do Norte. Nesse momento, bastava aos alemães conquistarem os territórios ao sul que se encontravam sob o controle do governo da França. Entretanto, faltava uma nova justificativa para que esse confronto se concretizasse.

Em 1870, uma revolução havia deixado vago o trono da Espanha. Nesse contexto, a liderança do governo hispânico fora oferecida para o príncipe Leopoldo Hohenzollen, parente do rei da Prússia. Temendo a ampliação da influência prussiana, o rei francês Napoleão III exigiu que o governo da Prússia descartasse a candidatura de Leopoldo. Em resposta ao pedido de Napoleão, foi enviado um telegrama ofensivo que havia sido adulterado pelo ministro Otto Von Bismarck.

O estratagema do ministro foi suficiente para que as populações alemãs e francesas exigissem uma resposta militar ao episódio. Mais uma vez, contando com inquestionável superioridade bélica, as tropas prussianas venceram os conflitos que garantiram o controle sobre as valiosas regiões da Alsácia e Lorena. Além disso, conforme especificado pelo Tratado de Frankfurt, os franceses foram obrigados a assistir a oficialização do Segundo Reich no próprio Palácio de Versalhes.

Dessa forma, a unificação alemã foi concluída e abriu caminho para que este novo Estado pudesse ampliar seu parque industrial e fortalecer sua economia. Nesse contexto, o governo alemão passou a se envolver nas disputas imperialistas que marcaram a exploração de territórios afro-asiáticos. Com o passar das décadas, o acirramento de tal disputa seria um dos cenários que antecederam a Primeira Guerra Mundial.